



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL - STU/NAT
GERÊNCIA OPERACIONAL - GIOPE
COORDENAÇÃO OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO - COMAN

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência (TR) tem por finalidade fornecer, a partir do levantamento realizado na etapa de ETP - Estudos Técnicos Preliminares, as descrições e especificações técnicas completas do objeto da futura contratação, bem como as regras, prazos e condições gerais pertinentes à seleção do futuro contratado e à execução da contratação, de forma objetiva e suficiente, para realização do processo de licitação para formalização de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) com vista à futura AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E FLUIDOS PARA MANUTENÇÃO DE MATERIAL RODANTE E EQUIPAMENTOS DA CBTU/STU-NAT, à luz do disposto na Lei nº 13.303 de 2016, e no RILC-CBTU – Regimento Interno de Licitações e Contratos.

2. VINCULAÇÃO ÀS NORMAS INTERNAS

A participação do particular no presente processo, independente de qualquer declaração expressa do particular, implica sua vinculação às normas internas da CBTU, bem como às regras e procedimentos de licitações e contratos fixadas no RILC-CBTU, que pode ser acessado na página da Companhia pelo link a seguir:

- https://www.gov.br/cbtu/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/atos-normativos/rilc-cbtu_v-4_compilado.pdf/view

3. ANEXOS INTEGRANTES

Integram o presente Termo de Referência:

- ANEXO I – MAPA DE RISCOS.

4. NECESSIDADE, JUSTIFICATIVA E ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO

As justificativas referentes à necessidade da presente contratação, do dimensionamento, de seu alinhamento aos instrumentos de planejamento da Companhia, como também das diversas escolhas realizadas, encontram-se devidamente expostas e articuladas nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP).

5. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E QUANTIDADES

5.1. Requisitos gerais:

- a) Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e entregues em embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas, não sendo admitido o fornecimento de produtos reprocessados, reembalados ou de procedência duvidosa.
- b) Poderá ser solicitada documentação que comprove a procedência dos produtos, tais como notas fiscais de aquisição junto ao fabricante ou distribuidor autorizado, quando houver dúvida quanto à autenticidade ou conformidade do material fornecido.
- c) As embalagens deverão conter, de forma legível, no mínimo, as seguintes informações:
 - i. identificação do fabricante;
 - ii. especificação do produto;
 - iii. número de lote;
 - iv. data de fabricação;
 - v. prazo de validade, quando aplicável.
 - vi. demais informações solicitadas pela ABNT NBR 14725.
- d) A futura CONTRATADA deverá assegurar a rastreabilidade dos produtos fornecidos, de modo que seja possível identificar sua origem e cadeia de fornecimento, sempre que solicitado pela CBTU/STU-NAT.
- e) A CBTU/STU-NAT poderá, a qualquer tempo, solicitar ou realizar, diretamente ou por meio de terceiros, a verificação da conformidade dos produtos fornecidos, incluindo análise laboratorial de amostras, a fim de comprovar o atendimento às especificações técnicas exigidas.
- f) Caso seja constatada não conformidade, adulteração, contaminação ou divergência em relação às especificações declaradas, o material será recusado, ficando a futura CONTRATADA obrigada à substituição imediata, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- g) Os materiais deverão ser entregues pela futura CONTRATADA **em quantitativo e referência de marca/modelo idênticos informado em sua proposta comercial, ou seja, não poderá informar um produto na licitação e entregar outro injustificadamente**. Divergências quanto à referência de marca/modelo entregue em relação ao definido na ODC

condicionam a aceitação do material à aprovação, pela FISCALIZAÇÃO e podem ensejar penalidades, especialmente pela falta de comunicação

- 5.2. As especificações técnicas detalhadas são apresentadas na tabela a seguir. Como se trata de Ata de Registro de Preço não necessariamente o quantitativo será consumido. O lote mínimo indica o menor pedido que pode vir a ser feito, considerar isto na elaboração da proposta.

ITEM	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	UND	QTDE	
				TOTAL	LOTE MÍNIMO
1	Óleo lubrificante para motores diesel, grau SAE 15W40, classificação mínima de serviço API: CI-4. Homologado para as especificações MAN M 3275, Cummins CES 20078, CAT ECF-1a e CAT ECF-2. Embalagem: tambor de 200 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Shell Rimula R3X 15W-40 • Lubrax Top Turbo 15W40 • Mobil Delvac CI-4 15W40 • Petronas Urania 3000 SE 15W40 • YPF XV 200 15W40 	litro	8600	400
2	Óleo lubrificante para motores diesel, grau SAE 40, 13 TBN, para locomotiva Alco RS-8. Homologado para as especificações GE-K-61436 ("Generation 4 Long Life") e LMOA Geração 5. Embalagem: tambor de 200 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Lubrax Rail 13 • Mobil Diol 13 RF 40 • Ferbrax CAD-2013 	litro	4600	400
3	Óleo lubrificante ATF, para transmissão DIWA.5. Homologado para a especificação Voith Turbo H55.6336xx ou Voith Turbo 150.014524.xx. Embalagem: tambor de 200 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Shell Spirax S6 ATF VM • Mobil Delvac Synthetic ATF • Lubrax ATF HD 	litro	800	200
4	Óleo hidráulico industrial HLP, grau ISO 68. Homologado para a especificação DIN 51524 Parte 2 (óleos HLP), e aprovado no ensaio Vickers 35VQ25 ou Denison HF-0 (desempenho antidesgaste). Embalagem: tambor de 200 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Lubrax Hydra XP68 • Shell Tellus S2 M 68 • Petronas Arbor Hydraulic 68. 	litro	2200	200
5	Óleo lubrificante, grau SAE 85W90, classificação mínima de serviço API: GL-5. Homologado para a especificação MAN 342 Type M1. Embalagem: balde de 20 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilube HD-A 85W90 	litro	420	40
6	Óleo lubrificante sintético poliolester (POE) de refrigeração, para compressor Bitzer 4EC-4.2Y em circuito com R-134a. Embalagem: de 5 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto	<ul style="list-style-type: none"> • Bitzer BSE 55 	litro	180	5

	não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.				
7	Óleo lubrificante sintético poliolester (POE) de refrigeração, para compressor Thermo King X4-30C5 em circuito com R-134a. Embalagem: de 5 litros original e lacrado de fábrica. Embalagem: de 1 ou 5 litros original e lacrado de fábrica. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> Thermoking 203-513 (POE 35) 	litro	80	5
8	Fluido de arrefecimento concentrado tipo G12+/G30 (OAT/orgânico) para motores diesel, base de etileno glicol, inibidores orgânicos, livre de silicato, para motores Cummins QSB4.5, Cummins QSB 5.9, Perkins 1006 TAG. Cor: Rosa. Homologado para as especificações ASTM D 3306 e ASTM D-6210, Cummins 14603/MB 325.3. Embalagem: tambor de 200 litros ou galão de 20 litros. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> ES Compleat OAT Mobil Delvac Extended Life Valvoline Zerex HD Valvoline Zerex G30 Lubrax HD-2 Aditech OT-C 	litro	2000	200
9	Fluido de arrefecimento concentrado tipo G11/G48 (híbrido) para motores diesel, base de etileno glicol, híbrido de inibidores orgânicos e inorgânicos, baixo silicato, para motores MAN D2876. Homologado para as especificações MAN 324 NF e TL 774-C. Cor: Verde-azulado. Embalagem: tambor de 200 litros ou galão de 20 litros. Na data de recebimento, o produto não deve possuir prazo de validade inferior a 02 (dois) anos.	<ul style="list-style-type: none"> Glysantin G48 Mobil GS 333 Plus Valvoline OEM ADVANCED 48 Petronas Tutela Coolant LL-G Tirreno Fluid Cool G48-93M SCT Germany AG48 	litro	1400	200

6. DAS AUTORIZAÇÕES, CERTIFICAÇÕES E/OU REGULAMENTAÇÕES

6.1. Não se considera necessário que o (s) fornecedor (es) apresente (m) previamente licenças, autorizações ou certificações específicas para o fornecimento. Entretanto, é necessário evidentemente que durante o fornecimento sejam atendidos os:

- dispositivos legais e normativos fundamentais que regem a contratação pública geral, e da CBTU;
- dispositivos legais e normativos que regulamentam e orientam fabricação, comercialização, transporte, armazenamento e manuseio de lubrificantes e fluidos industriais, a preservação do meio ambiente e a saúde e segurança no trabalho, em especial: normativos da **ANP**, **ABNT** e **Resolução ANTT nº 5.998/2022** quando aplicável.

6.2. Cada produto dessa contratação deve possuir, de forma acessível pela internet na página do próprio fabricante sua Ficha de Informações de Segurança de

Produtos Químicos (FISPQ), conforme **ABNT NBR 14725**.

6.3. Além das homologações incluídas nas Especificações Técnicas, os produtos objeto desta contratação devem atender às regulamentações aplicáveis à sua comercialização no território nacional, bem como às normas técnicas relacionadas à segurança, qualidade e manuseio de substâncias químicas. A comprovação de conformidade poderá ser solicitada para fins de aceitação da proposta. Nesse sentido, destacam-se:

- a) **Regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**: Os lubrificantes ofertados deverão atender às exigências da ANP quanto à qualidade e comercialização, devendo possuir registro ou dispensa de registro, quando aplicável, além de estarem em conformidade com os requisitos técnicos e de rastreabilidade estabelecidos pela legislação vigente.
- b) **Identificação para transporte de produtos perigosos**: As embalagens dos produtos devem estar devidamente identificadas, rotuladas e sinalizadas conforme a **ABNT NBR 7500**, quando aplicável, contendo informações claras sobre os riscos envolvidos, classificação do produto e orientações de segurança para manuseio e transporte, de modo a prevenir acidentes, vazamentos e danos ao meio ambiente.
- c) **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ)**: Os produtos devem possuir FISPQ atualizada (e acessível pelo site do próprio fabricante), elaborada conforme a **ABNT NBR 14725**, contendo informações sobre composição, riscos, medidas de segurança, procedimentos em caso de vazamento e orientações de manuseio, armazenamento e descarte.
- d) **Transporte de produtos perigosos**: O transporte dos produtos deve observar as disposições da **Resolução ANTT nº 5.998/2022**, quando aplicável, incluindo requisitos relativos ao acondicionamento, sinalização, documentação e segurança no transporte, de modo a prevenir acidentes, vazamentos e impactos ao meio ambiente durante o deslocamento até o local de entrega.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Compete à futura CONTRATADA, no que couber, atender os CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL previstos na **Lei 13.303/2016**,

regulamentada pelo **RILC-CBTU, Decreto nº 7.746/2012** e **IN SEGES/MPDG nº 05/2017**.

7.2. Não se prevê que sejam necessários estabelecer critérios específicos, uma vez que se trata de simples fornecimento de itens de aquisição habitual. Basta então que se cumpra com as obrigações habituais das principais regulamentações do tema, que são listados a seguir:

- a) **Lei 12.305/2010** que institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, em especial seu Capítulo IV sobre Resíduos Perigosos, Capítulo VI sobre Proibições (Art. 47).
- b) **Lei 9.605/1998** que dispõe sobre **Crimes Ambientais**, sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio.
- c) **Lei Estadual 11.669/2024** que dispõe sobre a **Política Estadual de Resíduos Sólidos** do Rio Grande do Norte.
- d) **Lei Estadual 10.517/2019** que trata da **Política Estadual para Incentivo a Reciclagem e ao Meio Ambiente** do Rio Grande do Norte.
- e) **ABNT NBR 10.004** que normatiza a **Classificação dos Resíduos Sólidos** quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.

7.3. No que diz respeito aos itens do objeto de contratação, os principais dispositivos relacionados ao manuseio e gerenciamento de resíduos associados são:

- a) **Resolução ANTT nº 5.998/2022** que estabelece o **Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos**.
- b) **Resolução CONAMA nº 273/2000** que sobre a instalação de **sistemas de armazenamento de derivados de petróleo** e outros combustíveis.
- c) **Resolução CONAMA nº 362/2005** que dispõe sobre o **recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante** usado ou contaminado.
- d) **Resolução CONAMA nº 398/2008** que dispõe sobre o Plano de Emergência Individual para **incidentes de poluição por óleo**.

8. DO PROCEDIMENTO

- 8.1. Trata-se de **aquisição de bens comuns**, nos termos do **RILC-CBTU, Art. 113º, §1º**, para o qual se utilizará procedimento da modalidade **pregão eletrônico**.
- 8.2. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do **RILC-**

CBTU Título II, Capítulo VI, sendo a Ata de Registro de Preços gerada válida por 12 (doze) meses.

8.2.1. Conforme disposto no Art. 189 do RILC-CBTU: **O prazo de validade da ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período**, desde que exista saldo no quantitativo de itens, seja demonstrada a vantajosidade do preço registrado e haja concordância expressa da beneficiária da ata.

8.3. O fornecimento será **parcelado** e a contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada por meio da emissão da **Nota de Empenho**, em conformidade com as disposições do RILC-CBTU, da Lei 13.303/2016 e alterações posteriores. As cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência (e seus anexos) integrarão a contratação, independentemente da forma adotada para sua formalização

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.1. Devido à natureza de simples fornecimento do objeto, não serão exigidas demonstrações de patrimônio, atestações de qualificação técnica ou de capacidade econômico-financeira, sendo observado apenas, naturalmente, os requisitos básicos para habilitação previstos na Lei 13.303 de 2016 e no RILC-CBTU.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Da forma da proposta:

10.1.1. A proposta de preço final deverá ser apresentada em papel personificado do fornecedor com o preço unitário e total do material, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone, e-mail, descrição detalhada do objeto, quantidade, tipo de entrega (CIF).

10.1.2. Todos os custos de transporte, descarrego e demais despesas correlatas ao fornecimento do material devem ser custeados pela futura CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional à CBTU/STU-NAT. Deverão também estar incluídos, nos preços unitários propostos, o lucro da proponente, seguros, ICMS, licenças, taxas e contribuições que direta e indiretamente incidam no fornecimento.

10.1.3. Será a futura CONTRATADA absolutamente responsável pelos preços de cotações da sua proposta, não lhe cabendo direito a pleitear qualquer alteração posterior por erros, falhas ou omissões.

10.1.4. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 30 (trinta) dias.

10.2. **Dos critérios de julgamento:**

10.2.1. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**.

10.2.2. Na especificação de todos os itens estão indicadas modelos e/ou marcas de referência, os quais atingem expectativa de qualidade desejada pela área demandante. Quando a licitante ofertar produto similar, a área demandante poderá solicitar comprovações de equivalência técnica, econômica e de qualidade por meio da apresentação de documentação que detalhe sua especificação.

10.2.3. No momento do julgamento das propostas, área demandante deverá ser consultada sobre modelos de fornecimento pretendido pelas licitantes vencedoras, dando parecer técnico para aceitação ou não do produto.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

11.1. **Subcontratação:**

11.1.1. Não será permitida a subcontratação da execução do objeto do Contrato, excetuando-se a possibilidade de subcontratação parcial de eventuais serviços de transporte, instalações, treinamentos e/ou assistência técnica.

11.1.2. Não será admitida a transferência total a terceiros, a qualquer título, da execução do objeto do Contrato, salvo situações de reorganizações, mutações ou operações empresariais devidamente justificadas e aceitas pela CBTU/STU-NAT.

11.2. **Da participação de consórcios e sociedades cooperativas:**

11.2.1. Uma vez que o objeto trata de simples fornecimento de material de ampla disponibilidade no mercado, dispensa-se a necessidade de formação de consórcios.

11.2.2. Não há objeção quanto à participação de sociedades cooperativas.

12. DA ENTREGA E DO PRAZO

- 12.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de **02 (dois) meses** contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual pela futura CONTRATADA.
- 12.2. Os materiais deverão ser fornecidos ao Almoxarifado da CBTU/STU-NAT, cujo acesso se dá pelo portão no final da rua Chile, Ribeira, Natal – RN.
- 12.3. O horário de recebimento é de 08h às 11:30h e de 13h às 16:30h.
- 12.4. O fornecimento é de total responsabilidade da futura CONTRATADA que deverá realizá-lo diretamente, por intermédio de sua estrutura empresarial/comercial, bem como com a atuação de seus parceiros de logísticas, fabricantes e fornecedores, observadas rigorosamente as especificações técnicas, procedimentos, condições, prazos e demais condições contidas neste Termo de Referência (e seus anexos) e a legislação pertinente.

13. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 13.1. Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência.
- 13.2. Os itens deverão ser de primeiro uso, e, portanto, sem qualquer violação de lacre ou algum outro indício, na embalagem, que comprove o contrário. A embalagem, naturalmente, deve ser original do fabricante.
- 13.3. Considera-se de suma importância o acesso à informação, princípio este garantido pelo Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual, em seu artigo 6º, é direito básico do consumidor ter acesso à "informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem". Os itens a serem adquiridos devem apresentar um mínimo de informações que permitam sua identificação, tanto para uso, como para controle. Além disso, esses dados funcionam como garantia adicional, para saber a quem recorrer em caso de ocorrência de defeitos ou acidentes que possam ter sido causados por falha dos itens. Dessa maneira, exige-se que os produtos fornecidos possuam identificação de fabricante, modelo e especificações de modo legível e indelével, e de fácil leitura. É preferível que essa identificação esteja registrada no próprio material, mas quando não for possível tem que haver identificação na embalagem.
- 13.4. O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas, provisória e

definitivamente, conforme abaixo detalhado:

- a) RECEBIMENTO PROVISÓRIO: será realizado imediatamente no momento da entrega do bem no local indicado, mediante aposição de “RECEBIDO”, atestando o simples recebimento do(s) volume(s) descarregado(s) pela transportadora, sem representar atesto de conformidade.
- b) RECEBIMENTO DEFINITIVO: será realizado mediante atesto por NIM (Nota de Inspeção de Material) pela FISCALIZAÇÃO da CBTU/STU-NAT, em até 5 DIAS ÚTEIS, contados da data de recebimento provisório.

13.5. Em caso de constatação de irregularidades no recebimento, o bem fornecido será RECUSADO fundamentadamente, notificando-se imediatamente a futura CONTRATADA para tomar as providências necessárias à regularização, no prazo máximo de 10 DIAS, particularmente quando entregues:

- a) em desacordo com o que fora indicado na proposta comercial.
- b) com especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Referência (e seus anexos).
- c) contendo qualquer defeito aparente, ou que apresentarem qualquer defeito durante os testes de conformidade, verificação e operação.

13.6. O atraso injustificado na entrega do material, autoriza a CBTU/STU-NAT, a seu critério, declarar rescindido o contrato podendo punir a empresa contratada com sanções legais e previstas no instrumento convocatório.

13.7. O recebimento do objeto não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelos vícios e defeitos ocultos de fabricação, vinculando-se para com as obrigações de prestação de assistência técnica de garantia durante o prazo legal, ou com a responsabilidade por danos.

13.8. Na hipótese de recusa do material por parte da FISCALIZAÇÃO, caso a CONTRATADA não retire o bem recusado no prazo máximo de 60 DIAS, contados a partir da notificação, das instalações da CBTU/STU-NAT, será considerado como abandono (conforme previsto no art. 1.275, inc. III, da Código Civil brasileiro), ficando a CBTU/STU-NAT autorizada a adotar as providências para sua destinação final.

14. DA GARANTIA E CONFORMIDADE DOS PRODUTOS

14.1. Os produtos fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações

técnicas exigidas, sendo novos, de primeiro uso, e entregues em perfeitas condições de utilização.

- 14.2. Os produtos deverão possuir prazo de validade adequado ao seu uso, contado a partir da data de entrega, não sendo admitido o fornecimento de itens com prazo exíguo ou próximos ao vencimento.
- 14.3. A futura CONTRATADA será responsável por qualquer fornecimento em desacordo com as especificações estabelecidas, incluindo produtos com indícios de adulteração, contaminação, violação de embalagem ou divergência de desempenho, devendo realizar a substituição imediata, sem ônus para a CBTU/STU-NAT.
- 14.4. Os produtos que apresentarem não conformidade, vícios de qualidade ou problemas identificados durante o uso regular poderão ser recusados, ficando a CONTRATADA obrigada à sua substituição, incluindo a retirada do material nas dependências da CBTU/STU-NAT, sem qualquer custo adicional para a CBTU/STU-NAT.
- 14.5. Não será exigida retenção de percentual do contrato a título de garantia contratual.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado por intermédio de fatura emitida pela contratada, através da mesma Pessoa Jurídica (mesmo CNPJ) que apresentou proposta nesta licitação, depois de verificada e aceita pela Fiscalização da CBTU/STU-NAT.
- 15.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação da fatura pela contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, Banco, Agência e Conta Corrente para depósito bancário, e demais informações compulsórias;
- 15.3. O prazo para pagamento da Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua Apresentação no Protocolo Geral da CBTU/STU-NAT.
- 15.4. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo

pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)^{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 15.5. Para a atualização monetária dos valores devidos por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais pela CBTU/STU-NAT, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, “*pro rata die*”.
- 15.6. Todos os pagamentos serão efetuados pela CBTU/STU-NAT, através de Ordem Bancária com crédito e em conta corrente da futura CONTRATADA, que deverá indicar em seus documentos de cobrança (notas fiscais-faturas), seus dados bancários, não sendo aceito sob qualquer pretexto cobrança bancária e/ou títulos negociados com *factoring*;
- 15.7. Nenhum pagamento será efetuado à futura CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- 15.8. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nas faturas emitidas pela futura CONTRATADA, a mesma será notificada, por escrito pela CBTU/STU-NAT a fim de que sejam procedidas as devidas correções e o prazo de pagamento será interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento no protocolo geral da CBTU/STU-NAT dos documentos devidamente corrigidos;

16. DA REVISÃO DOS PREÇOS

- 16.1. Em consonância com o Art. 191 do RILC-CBTU, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ocasião em que o órgão gerenciador poderá promover negociações com os fornecedores.

17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A CBTU/STU-NAT designará um GESTOR e um FISCAL, sendo suas

deliberações apontadas para o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

- 17.2. A futura CONTRATADA designará um representante, responsável pela entrega e demais ações, inerentes ao fiel cumprimento do contrato, com autonomia e conhecimento técnico para dirimir quaisquer inconformidades e/ou esclarecimentos que tenha a FISCALIZAÇÃO, que se faça necessário durante a duração do instrumento contratual;
- 17.3. A FISCALIZAÇÃO comunicará à futura CONTRATADA, por escrito, as deficiências que forem verificadas no material entregue, para correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 17.4. A FISCALIZAÇÃO conduzirá eventuais processos de sanções gerados por má qualidade nos materiais entregues ou irregularidades na execução do contrato.

18. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1. Obrigações da CBTU/STU-NAT:

18.1.1. Convocar a proponente para cumprimento de todas as formalidades e obrigações prévias necessárias à formalização da contratação, conforme fixado neste Termo de Referência e na legislação vigente.

18.1.2. Designar equipe de empregados para acompanhar e fiscalizar, de forma permanente, a execução das obrigações pactuadas, os quais deverão desenvolver efetivamente todas as suas atribuições nos termos fixados neste Termo de Referência e/ou no RILC-CBTU.

18.1.3. Relacionar-se com a futura CONTRATADA, exclusivamente, por meio da equipe de Gestão/Fiscalização regularmente credenciada, através de registros de ocorrências, e-mails, ofícios, grupos de mensagens e outros meios documentados.

18.1.4. Fornecer à futura CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para execução escopo contratual e demais informações que estes venham solicitar para o desempenho dos fornecimentos contratados.

18.1.5. Notificar formalmente a futura CONTRATADA sobre qualquer irregularidade constatada no fornecimento do produto e/ou execução dos serviços, determinando prazo razoável para fins de regularização. Em caso de eventual aplicação de penalidades contratuais e legais deve ser garantida a ampla defesa.

18.1.6. Atestar o cumprimento das obrigações contratuais e efetuar o pagamento, com pontualidade, observadas as condições e prazos fixados neste Termo de Referência.

18.1.7. Cumprir e fazer cumprir todas as demais disposições contidas neste Termo de Referência

18.2. Obrigações da futura CONTRATADA:

18.2.1. Vincular-se e cumprir integralmente as obrigações assumidas na sua proposta comercial, não transferindo a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da CBTU/STU-NAT;

18.2.2. Quando convocado para assinar o instrumento contratual: indicar todas as informações, fornecer toda a documentação e cumprir todas as obrigações nas condições e prazos fixados, bem como assinar o contrato no prazo fixado.

18.2.3. Fornecer o(s) material(is) objeto da Contratação em conformidade com todas as especificações técnicas, prazos e condições constantes neste Termo de Referência (e seus anexos) e em sua proposta comercial.

18.2.4. Comunicar à CBTU/STU-NAT por escrito em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a entrega dos materiais, prestando os esclarecimentos julgados necessários.

18.2.5. Cumprir as determinações da Equipe de Gestão e Fiscalização da CBTU/STU-NAT, sob as penalidades contratuais e legais, inclusive prestando prontamente as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desse Termo de Referência que venham a ser solicitados.

18.2.6. Responsabilizar-se, em relação ao fornecimento e prestação de serviços agregados (se for o caso), por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

18.2.7. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de segurança e saúde no trabalho em relação a seus empregados e de terceiros subcontratados.

18.2.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CBTU/STU-NAT ou a terceiros ocorridos durante a execução do objeto e em decorrência dela, bem como pelos vícios e defeitos de fabricação durante o período de garantia dos materiais fornecidos.

18.2.9. Cumprir outras obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência (e seus anexos).

19. DAS SANÇÕES

- 19.1. Pelo atraso na entrega dos materiais, por item, a contratada ficará sujeita ao pagamento de multas acumulativas, sobre o valor contratado através da Ordem de Compra emitida pela CBTU/STU-NAT, nos seguintes termos:
- a) Multa diária de 0,2%: Até o 15º dia de atraso.
 - b) Multa diária de 0,5%: Do 16º ao 30º dia de atraso.
- 19.2. Quando o material entregue for rejeitado pelo gestor e fiscal do contrato, designados pela CBTU/STU-NAT, o fornecedor ficará sujeito às mesmas multas por atraso citadas no subitem anterior até a entrega do material substituto, caso ocorra a solicitação de troca.
- 19.3. O atraso injustificado na entrega do objeto, superior a 30 (trinta) dias, caracterizará a inexecução do contrato, ensejando a sua rescisão.
- 19.4. As multas serão cobradas mediante desconto nos recebimentos a que a futura CONTRATADA tiver direito. Na hipótese de o valor da multa ser superior a esse recebimento, obriga-se a futura CONTRATADA a pagar a diferença no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação através de Guia de Recolhimento a União - GRU, fornecida pela CBTU/STU-NAT. Findo o prazo, esta diferença será cobrada em processo de execução, a cujo principal serão acrescidos juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, contados da citação, custas judiciais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) do sobre o valor da condenação.
- 19.5. Excluídas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior, a CBTU poderá cobrar da futura CONTRATADA, quando da rescisão por culpa desta multa no valor de 10% (dez por cento) do valor remanescente atualizado do Contrato
- 19.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CBTU/STU-NAT poderá aplicar também ao contratado as sanções de Advertência e Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU, por prazo não superior a 2 (dois) anos
- 19.7. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do

contrato, ou todas as sanções relacionadas neste Termo de Referência serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. **Questões técnicas e jurídico-administrativas não previstas** neste Termo de Referência (e seus anexos) deverão ser dirimidas pelas equipes de planejamento e de gestão e fiscalização, observados os limites de suas atribuições, legislação específica vigente, doutrina especializada, Jurisprudência do TCU e boas técnicas de gestão.
- 20.2. Na **contagem de quaisquer prazos** previstos neste Termo de Referência (e seus anexos): exclui-se o dia do início e se inclui o do vencimento, e são considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto diferente.

23 de março de 2026, Natal-RN.

Responsável pela elaboração:

João Paulo Fernandes de Sousa Rêgo
ANT - Engenheiro Mecânico
Mat. 15.000.127-4

Responsável pela aprovação:

Ratificação do Centro Gestor:

Diogo Anthunes Pereira de Oliveira
COMAN-STU/NAT
Mat. 15.000.112-6

George de Brito Pinheiro
GIOPE-STU/NAT
Mat. 10.018.803-6